

Heteronímia enquanto heterotopia: literatura e desvio em António Mora

O império supremo é o do Imperador que abdica de toda a vida normal, dos outros homens, em quem o cuidado da supremacia não pesa como um fardo de jóias.

Fernando Pessoa – *Estética da Abdicação*

Gabriel Cid de Garcia

Resumo – Em diversos escritos de Fernando Pessoa, é comum percebermos referências a categorias científicas que aproximam elementos da modernidade à loucura. No entanto, é por meio de seu heterônimo António Mora que a relação entre literatura e loucura pode ser pensada propriamente, permitindo não só a ressonância do tema com toda sua obra, como também uma teoria da literatura que questiona os parâmetros tradicionais de identidade e individualidade. A escrita múltipla, a multiplicação de vozes e máscaras de Pessoa se apresentariam como saídas possíveis à falsa noção, introjetada pela tradição cristã metafísica, de que as singularidades do mundo podem ser englobadas em uma unidade que as legitime. Nos valendo da investigação de Michel Foucault sobre as heterotopias, procuramos estabelecer uma compreensão da heteronímia capaz de problematizar os lugares tradicionalmente delimitados para razão e desrazão. Ao buscar a restituição do Paganismo escrevendo em prosa filosófica desde um manicômio, António Mora revela sua condição heterotópica em relação a Pessoa, espelhando o desvio que este corporifica com a sua obra, tida como incompleta, inacabada, passível de ser lida, pelos olhos do homem dogmático moderno, como produto de uma mente desviante, louca e doente. Diagnosticado como desviante enquanto ele mesmo procura diagnosticar o próprio mundo ocidental pautado pelos valores que possibilitam seu próprio diagnóstico, Mora não apenas estabelece a relação do manicômio com o mundo, como também afirma uma saúde inerente à literatura, deixando claro que o intento do louco é antes apresentar, por meio de sua condição, o quadro clínico enviesado de nossa cultura.

Palavras-chave – Literatura portuguesa. Fernando Pessoa. Michel Foucault. Loucura. Filosofia contemporânea.

É extremamente difícil, em se tratando de uma análise espacial, falar a respeito de um lugar, de um posicionamento delimitado e acabado para a obra de Fernando Pessoa. Tão recorrente e infundável, a busca de uma resposta que situe o enigma pessoano acaba por ignorar outros espaços engendrados pela obra, que possibilitam seu efúgio e entrelace.

Em 1967, foi numa conferência do Círculo Francês de Estudos Arquitetônicos que Michel Foucault afirmou ser, a época contemporânea, a época do espaço. (FOUCAULT, 2001, p. 411). O próprio espaço possui uma história que acompanha e caracteriza, por sua distribuição e manutenção, a experiência ocidental. Tendo em vista a tematização pessoana desta experiência ocidental, sobretudo acerca dos valores contemporâneos herdados da modernidade, bem como a recorrente busca de delimitação, por parte da crítica, de espaços que ensejam englobar uma significação para sua obra, pensamos que o escrito de Foucault propicia uma leitura de Fernando Pessoa capaz de evidenciar, a partir de um de seus heterônimos mais controversos, uma concepção de literatura afastada da idéia de razão, aproximada do delírio, ao mesmo tempo em que permite ampliar a condição heteronímica para o próprio *topos* do fazer literário, contestando a soberania do sujeito e a própria idéia de uma consciência autoral como instância identitária plena e primeira. A obra inteira de Pessoa poderia, de

acordo com Leyla Perrone-Moisés (2000), ser entendida como uma exposição de estados doentios, espaços que contestam os da racionalidade. Esta particularidade o aproxima de diversos artistas e filósofos dos séculos XIX e XX, sobretudo à temática niilista e decadente. Seu diferencial residiria no fato de Pessoa efetivamente se desdobrar em outros para comportar em si esta multiplicidade de tendências, criando e reverberando espaços que podem se apresentar como uma plural estratégia de saúde.

De acordo com Foucault, a época contemporânea se caracteriza por relações de posicionamentos¹. Este regime de espacialidade de nossa época corresponde à assunção dos espaços enquanto entrelaces, redes, relações de vizinhança e proximidade que se estabelecem entre outros posicionamentos. Isto quer dizer que o espaço em que vivemos é heterogêneo, complexo, passível de inúmeras relações. O espaço se torna, enfim, totalmente evidenciado por meio de uma teia de relações que circunscreve a totalidade daquilo que existe, abrangendo a malha de toda experiência possível, tanto interior como exterior, não mais podendo ser caracterizado, como em épocas passadas, pela hierarquia ou pela extensividade.

Como situar, neste cenário, nosso objeto? Espacialmente, a produção original de Pessoa pode ser encontrada no Arquivo de Literatura Portuguesa Contemporânea da Biblioteca Nacional de Lisboa, lar físico do espólio, proveniente da mítica arca originária onde o poeta guardava seus escritos e de onde saiu a maior parte de sua obra publicada, editada após sua morte. Por si só, a arca é um objeto que já guarda simbologias e analogias mítico-literárias e religiosas, assim como a biblioteca é um espaço que se propõe, como nos explica Foucault (FOUCAULT, 2001, p. 419), a acumular infinitamente o tempo – sem pertencer, ela mesma, a tempo algum. O que uma arca guarda, seja sagrado ou profano, atrai sobretudo pelo seu mistério e velamento. Somente o fato de ter sido uma arca o continente da produção pessoana, com seus diversos manuscritos e esparsas anotações, e a particularidade destes escritos contidos numa biblioteca, já poderia nos legar férteis reflexões. Interessam-nos, portanto, menos sua localização originária que o desdobramento mítico que seu conteúdo produziu e ainda produz em meio às diversas relações de posicionamentos que oferece e mantém enquanto expressão heteronímica, onde entram em jogo diferentes processos de identificação e autonomização, lugares múltiplos de aparecimento de *dramatis personae* diversas.

Da arca pessoana, selecionamos certos escritos assinados e/ou atribuídos a António Mora, pela possibilidade de estabelecer, a partir deles, uma compreensão da heteronímia que permite uma teorização própria a respeito da relação entre literatura e delírio, uma vez que, da mesma forma, os posicionamentos que interessam a Foucault são aqueles que

[...] têm a curiosa propriedade de estar em relação com todos os outros posicionamentos, mas de um tal modo que eles suspendem, neutralizam ou invertem o conjunto de relações que se encontra por eles designadas, refletidas ou pensadas. (Idem, p. 414).

Neste sentido, os escritos de Mora, todos provenientes da arca, ao criarem uma rede e relacionarem-se com os escritos do próprio Pessoa (categoria problemática) e seus heterônimos, explicitam sua diferença em relação a eles, ao mesmo tempo em que possibilitam a inversão das vozes enunciantes, a contradição que propicia ao autor se perder em uma zona de indeterminação. Desta forma, o *verdadeiro* Pessoa seria o lugar, ilustrado de forma mítica pela arca, que marca o posicionamento desde o qual são desencadeadas outras vozes que estabelecem outros posicionamentos, lugares outros, espaços irrealis, mas que são também realizados, tornados reais, no movimento mesmo da irrealização, não mantendo com o lugar de origem senão uma ressonância.

Para Foucault, dois tipos principais caracterizam os posicionamentos: a *utopia* e a *heterotopia*, apresentados a seguir como vias para se ler António Mora e a heteronímia pessoana. Parte-se da questão que se poderia definir Mora pelo conjunto de relações que estabelece, no universo pessoano, com outros heterônimos. Neste sentido, a preocupação espacial da análise se desdobraria em duas possibilidades: entendendo de maneira utópica o projeto pessoano, enquanto projeto de uma obra cabal a se alcançar; ou admitindo que a fragmentação de seus escritos é, em si mesma, um conjunto de utopias efetivamente realizadas, uma espécie de contraposicionamento situando-se no exterior de qualquer relação geral de analogia às essências objetivantes – o que Foucault chamou de heterotopia.

As heterotopias são espécies de lugares outros que se colocam para além dos lugares reais, e justamente por isso, podem ser analisadas a partir de sua diferenciação em relação ao lugar real: análise esta a que Foucault chamou, para designar um estudo mais amplo, de *heterotopologia*. Segundo Foucault, a heterotopologia pode ser definida como uma

[...] descrição sistemática que teria por objeto, em uma dada sociedade, o estudo, a análise, a descrição, a 'leitura', como se gosta de dizer hoje em dia, destes espaços diferentes, desses outros lugares, uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço em que vivemos; (...) (Idem, p. 416).

Não seria ocioso pensar, de maneira didática, a heterotopologia como uma interpretação esteticamente particularizada sobre algo, uma projeção mítica que envolveria o espaço real e o faria desdobrar-se em outro que não teria senão a função de representar os posicionamentos que se encontram realmente na cultura, para exprimir, por meio da representação, sua contestação e inversão. Existem, portanto, posicionamentos sem um lugar real, e posicionamentos onde podemos perceber lugares reais que contestam e invertem os próprios posicionamentos. Estes últimos marcariam a potência da heteronímia, capaz de contestar uma instância central para a expressão poética, uma consciência, alguém dotado de uma razão central unificadora. Justamente por isso faz-se necessário o seu estudo em relação com o extremo oposto da razão e da consciência, onde talvez existam pistas para se pensar uma concepção latente de literatura, nas cercanias da heteronímia pessoana.

Se admitirmos, com Foucault, ser uma constante em todo grupo humano a constituição de heterotopias, e se elas se apresentam de formas variadas, afastando-se de qualquer universalidade que

poderia supor seu funcionamento, talvez seja possível pensar a heteronímia como um complemento destes tipos particulares de heterotopia, de construção de um espaço outro, diferente, ainda que poético, que problematiza sua própria espacialidade, seu meio de expressão. Fernando Pessoa, ao multiplicar-se em inúmeras personalidades dramáticas, das quais até o momento conhecemos 72 (LOPES, 1990, p. 167-169), manteve com a expressão poética de seu entorno uma relação diferencial. Era por meio da heteronímia, por sua inter-relação e seu conjunto, que Pessoa viria a expressar sua condição heterotópica, e não tanto pela radicalidade formal de seus escritos.

Se seus outros célebres heterônimos Alberto Caeiro, Álvaro de Campos e Ricardo Reis puderam ser apresentados, ainda em vida, por meio de publicações em revistas literárias, o mesmo não se pode dizer de outras personalidades dramáticas, tais como Bernardo Soares e António Mora, que só foram propriamente *descobertas* após a morte do autor-médium, a partir da abertura de sua arca. Por meio dela tomamos conhecimento de uma vastíssima produção e uma constelação de diversos heterônimos ainda não conhecidos. Mora nos interessa, sobretudo devido à especificidade e diferença em relação a todos os outros eus pessoanos. Convém, portanto, analisarmos a especificidade deste heterônimo apresentado pela primeira vez no pequeno texto ficcional, que não se encontra datado no espólio pessoano, intitulado *Na Casa de Saúde de Cascaes*. Por meio dos estudos críticos (2002), acredita-se que ele seja anterior à gênese da heteronímia (o famoso “dia triunfal” de 1914), possivelmente tendo sido escrito entre 1907 e 1910². Talvez seja possível entrever, por meio de seu confinamento em um manicômio, uma ressonância com a teorização foucaultiana acerca das heterotopias, se nos permitirmos a licença poética e filosófica de compreendê-la a partir de uma categorização literária, partindo de uma metodologia geográfica, espacial, para analisar o fenômeno estético que se produz em Fernando Pessoa.

Ainda que posteriormente Mora tenha assumido o papel de um teórico preocupado com a restauração do Paganismo, escrevendo em prosa filosófica o que Caeiro e Reis empreendem com seus versos, neste texto ficcional ele aparece apenas como um personagem em meio a outros, embora o próprio estilo da narrativa apresente, de acordo com Teresa Rita Lopes (1990, p. 192-193), características comuns à obra de Pessoa como um todo: no que diz respeito à forma, onde exercitam-se e incitam-se teses que se contradizem e se completam, e no que diz respeito ao conteúdo, que se resume a uma crítica voraz à metafísica³, aos males da civilização ocidental advindos dos valores apregoados pelo cristianismo – empreendimento crítico exercitado em larga escala, embora de formas diversas, por Pessoa.

A fictícia Casa de Saúde de Cascaes poderia ser considerada uma heterotopia de desvio, que seria “aquela na qual se localizam os indivíduos cujo comportamento desvia em relação à média ou à norma exigida.” (FOUCAULT, 2001, p. 416). A própria figura do manicômio alude à estratégia psiquiátrica exhaustivamente analisada por Foucault, que consiste em empreender uma função autoritária

universalizante perante a desrazão, garantindo para si um espaço que se projeta como um templo do caráter médico da psiquiatria: “a alta silhueta que ele erguia no umbral das cidades, diante das prisões, manifestava a onipresença dos perigos da loucura.” (FOUCAULT, 2006, p. 396). O manicômio se constituía, por meio de seus procedimentos de normalização, em “uma espécie de utopia despótica que justificava as pretensões da psiquiatria de intervir permanentemente na sociedade” (Idem, p. 396).

Alijado desta mesma sociedade, da vida comum, o próprio António Mora, enquanto personagem desta curta narrativa pessoal, e enquanto heterônimo de vasta obra que se diferencia e autonomiza de outros heterônimos, se enquadraria, por sua própria autonomização, no desvio que Fernando Pessoa corporifica com a sua obra, tida como incompleta, inacabada, passível de ser lida como produto de uma mente desviante, louca e doente. Mas como pensar este desvio? Como caracterizá-lo de forma própria, abrindo mão de diagnósticos precipitados que poderiam identificá-lo com algum defeito, alguma falta ou ausência?

No prefácio à edição original da *História da Loucura*, Foucault explicita a urgência de se repensar os liames que sempre envolveram a razão e a loucura na história ocidental. Uma atitude impossível, segundo o filósofo, pois o próprio movimento de descrever ou analisar de forma racional este processo já carregaria em si uma definição, e, portanto, uma separação do que seria racional e irracional. A loucura aparece, de fato, como efeito ou marca de uma exclusão, ocupada em delimitar o que é próprio à razão. De acordo com ele,

[...] a percepção que o homem ocidental tem de seu tempo e de seu espaço deixa aparecer uma estrutura de recusa, a partir da qual denunciemos uma palavra como não sendo linguagem, um gesto como não sendo obra, uma figura como não tendo direito a tomar lugar na história. (Idem, p.157).

Gradualmente, o desvio se instaurou mediante a autoridade repressora da norma, e a experiência originária da loucura foi tomada por condenável, contrária à ordem que se impunha. No século XVIII, a linguagem da psiquiatria solapou qualquer tipo de espaço comum para razão e desrazão, qualificando a última como patologia⁴. Nos escritos de Fernando Pessoa e António Mora, é comum percebermos referências a categorias científicas que se ocupam desta captura da desrazão. Ironicamente, o ato de tomar a desrazão por loucura, atribuindo-lhe uma pejoração, um estatuto de negatividade, não está dissociado de componentes igualmente não racionais, de modo que podemos pensá-los ambos como dialogantes, razão e desrazão, delimitando espaços de atuação historicamente implicados e inseparáveis. É pelo fato mesmo de ter havido a captura das experiências da desrazão que podemos pensar sobre o estado originário e não capturado de sua atuação, pois “a percepção que busca compreendê-las no estado selvagem pertence necessariamente a um mundo que já as capturou.” (Idem, p. 158). É neste sentido que a situação de Mora mais uma vez se apresenta, por excelência, como o não-lugar de irrupção de uma concepção de literatura heterotópica, pois, enquanto um desviado, confinado, pode dar a ver a discursividade de seu intento, a possibilidade de se falar sobre a própria

loucura da experiência ocidental, exercendo sua plena liberdade, já que “a liberdade da loucura só se ouve do alto da fortaleza que a tem prisioneira.” (Idem, p. 158). Esta fortaleza, no caso de Mora, é a Casa de Saúde de Cascaes, e a própria literatura, no caso de Pessoa.

Antes de entrarmos neste manicômio especial, convém marcarmos um dos escritos de Pessoa – a célebre carta de 13 de janeiro de 1935, ano de sua morte, endereçada a Adolfo Casais Monteiro –, onde discorre sobre a gênese heteronímica e suas componentes clínicas. Afirma nela Pessoa: “A origem dos meus heterônimos é o fundo traço de histeria que existe em mim.” (PESSOA, 2005, p. 95). Procurando explicar objetivamente a heteronímia, o autor opta por uma designação científica. Esta escolha, porém, pode se revelar dúbia, ainda que não se assumia como tal, uma vez que, diagnosticando-se como histérico, o próprio autor se enquadra clinicamente e se posiciona como alguém não tão capacitado para protocolar um parecer objetivo. Prossegue Pessoa:

[...] Desde criança, tive a tendência para criar em meu torno um mundo fictício, de me cercar de amigos e conhecidos que nunca existiram. (Não sei, bem entendido, se realmente não existiram, ou se sou eu que não existo. Nestas coisas, como as outras, não devemos ser dogmáticos.) Desde que me conheço como sendo aquilo a que chamo eu, me lembro de precisar mentalmente, em figura, movimentos, caráter e história, várias figuras irreais que eram para mim tão visíveis e minhas como as coisas daquilo a que chamamos, porventura abusivamente, a vida real. (Idem, p. 95).

Fica claro nesta passagem epistolar que já estamos, com Pessoa, de saída, no âmbito da ficção, até mesmo por acreditar ele que a própria *vida real* é uma denominação abusiva, deturpada, excessiva. Se ele existe em meio aos entes fictícios, sendo ele mesmo alguém que talvez não exista senão como efeito daqueles, então o quadro clínico não pode se manter também senão como mais uma ficção. Se aceitamos como chave teórica este texto do próprio Pessoa, talvez não haja heterônimo mais real, e tão fictício, neste sentido, do que aquele apresentado como um paciente de uma casa de saúde, pois já seria capaz, autonomamente, de operar uma reversão e uma vivificação de todo o jogo heteronímico. Voltemos a Cascaes.

Logo nos primeiros fragmentos, somos apresentados à estranha figura de António Mora através deste diálogo entre os alienistas:

[...] O mais interessante, porém, é o Antonio Mora. É, pelo menos, o mais original de todos.
- O mais original?
- Sim, pessoalmente original, original como pessoa, não clinicamente original. (PESSOA, 2002, p. 94).

Ao descrever o paciente como o mais original de todos [os outros internos], cuja originalidade não se restringe ao quadro clínico, mas à *pessoa*, é a idéia de originalidade e de pessoalidade que o texto parece criticar e contestar, por meio do jogo dos termos. Continuemos a ouvir o parecer do alienista:

Clinicamente não se afasta em nada do typo de paranoico, ou da marcha conhecida da paranoia. É verdade que não é simplesmente um paranoico. É também um hystérico. Mas a paranoia é algumas vezes acompanhada de uma psychonevrose intercorrente. Não ha que extranhar. Nada ha ahi de exquísito. Não é nisso que elle é

original. É na espécie do seu delírio, no conteúdo, que está todo o interesse. E não te digo mais nada... Verás. E dispõe-te para gastares tempo com elle, porque, vaes ver, ficas interessadíssimo.

- Veremos.

- Garanto-te. Não será preciso apontar-t'ó. Conhecel-o logo pela toga.

- A toga? O quê! O typo anda de toga? Mas isso tem qualquer cousa que ver com o delírio...?

- Verás, meu velho, verás... Não te quero dizer nada. Não te quero tirar o interesse á surpresa. (Idem, p. 94)

Novamente, repete-se que o que interessa em Mora não é seu quadro clínico, absolutamente classificável e detectável segundo as referências psiquiátricas, mas exatamente o conteúdo de seu delírio – a saber, a reconstrução do paganismo e a crítica ferrenha à metafísica ocidental. É desta forma que este mesmo conteúdo, por se situar para além do escopo daquilo com que a psiquiatria se ocupa – o quadro clínico –, já poderia ser pensado segundo inflexões teórico-literárias. A própria literatura, seguindo a definição de Gilles Deleuze, em *Crítica e Clínica* (2004, p. 11), é delírio, e escrever é sempre um caso de devir, que se perfaz, sobretudo, no inacabamento, na capacidade de extravasar a cotidianidade. O que Deleuze entende por devir não é o movimento pelo qual se viria a atingir uma forma (o que talvez possamos chamar de utopia), mas precisamente o ato mesmo de “encontrar uma zona de vizinhança, de indiscernibilidade ou de indiferenciação” (Idem, p. 11) com aquilo sobre o que se escreve, de modo que o que está em jogo, ao escrever, é não apenas a criação de um outro lugar, mas o encontro, o embate, entre a pessoa que escreve e uma dimensão impessoal, que aparece como um outro espaço daquele da consciência, da certeza e da identidade, pois a literatura “só começa quando nasce em nós uma terceira pessoa que nos destitui do poder de dizer Eu.” (Idem, p. 13). Desta forma, temos um espaço radicalmente outro a partir de seu suporte real, que se torna, em contrapartida, provisório ou definitivamente contestado. O próprio Mora, já em seus próprios escritos em prosa, nos alerta: “Todo o individuo tem em si um louco, ou um anormal, porque tem em si um diferente dos outros”. (PESSOA, 2002, p. 279).

A caracterização do interno Mora, vestindo-se à maneira da Antigüidade, tem a ver, como salientado no diálogo, com seu delírio. Para descrevê-lo, porém, precisamos nos reportar a certos elementos de seus escritos teóricos. O interno da Cascaes poderia ser caracterizado como um entusiasta de uma forma de relação com o mundo cujo ápice é por ele apontada na antiga Grécia, que teria sido deturpada gradualmente até o atual estado de coisas em que o mundo, padecendo sob os valores cristãos, ansiaria pelo regresso dos deuses, por um tipo de paganismo renovado adequado à vida moderna e que seria, para ele, o auge da civilização.

Suas obras, escritas em um estilo proposicional, abusando de silogismos e argumentos que tencionam sustentar suas teses e contra-teses, possuem títulos igualmente pouco poéticos, tais como *Prolegômenos a uma reformação do Paganismo*, *Fundamentos do Paganismo*, *Dissertação sobre o artificialismo*, dentre outros. Sua defesa do paganismo grego pode ser lida como a contraparte

filosófica teórica da série de poemas *O Guardador de Rebanhos*, de Alberto Caeiro, poeta considerado por Pessoa, Mora e praticamente todos seus principais heterônimos, o Mestre que a todos inspirou. Privilegiando a multiplicidade de coisas do mundo tal qual é percebida pela sensibilidade, Mora elabora argumentos para admitir ser o politeísmo uma primeira manifestação de um modo singular de relação com a Natureza, ou com o que ele chama de Exterior.

A religião hellenica – por causas que não importa averiguar aqui quaes fossem – é substancialmente objectivista. Quer isso dizer que, com variações secundárias e despiciendas em função das regiões a que se estendeu, o paganismo hellenico é (primeiro effeito e depois causa mantenedora) de um typo de mentalidade em que a atenção está constantemente, caracteristicamente, dirigida para o Exterior. E, como o primeiro característico do Exterior é a multiplicidade dos objectos – no que se contrapõe á unidade que o individuo encontra quando, introspectivo mais do que observador, considera a sua propria alma –, a primeira manifestação característica de uma mentalidade objectivista é o polytheismo. (Idem, p. 229).

Estabelecendo a relação entre a forma da religiosidade grega com a atenção ao que é Exterior ao homem, à multiplicidade, Mora não só espelha o problema da heteronímia como o teoriza, funcionando como uma heterotopia perfeita do jogo pessoano. Esta dimensão Exterior pode igualmente ser pensada como o impessoal mencionado anteriormente, à medida que, de acordo com Mora, ela se contrapõe à unidade do indivíduo introspectivo, e logo, à idéia de alma e de consciência, projetadas a partir da abstração das qualidades daquilo que percebemos no mundo. Deste modo, é desde o âmbito do falso que podemos falar em qualquer interioridade, pois esta já seria tardia em relação à exterioridade, à impessoalidade que a possibilita:

Falsamente creamos a idéia de uma realidade interna. Realidade então é um conteúdo de termos. A idéia de realidade é coincidente com a de externo. Ao externo a devemos. No externo a vemos. A creança, mal toma consciencia, é do externo que a toma. Ter consciencia de si é semelhança. É translato e ficticio o processo pelo qual nos pensamos existentes. *Penso, portanto existo*, disse Descartes. Pensa-se, devia dizer. Ao dizer penso, o philosopho faz introduzir absurdamente no pensamento um conhecimento do eu que nenhuma intelligencia faz alli apparecer. (Idem, p. 299).

Atestando a coincidência entre a realidade e a dimensão do Exterior, Mora enfatiza o caráter fictício da assunção de qualquer realidade interna, de um psiquismo que possa reclamar para si alguma identidade. Este teria sido o erro cartesiano, quando destituiu o pensamento de seu livre escoamento impessoal para aprisioná-lo sob a forma da determinação do *cogito*, eliminando assim sua concretude.

Diagnosticando nossa época como decadente, este crítico do homem moderno afirma: “O paganismo aparece com a saúde, desaparece com o adoecimento do gênero humano.” (PESSOA, 2005, p. 176). Se ele busca o paganismo em sua própria época, é porque aquilo pelo que o paganismo se define não se restringe à Grécia, embora tenha sido lá onde ele já tenha florescido outrora. É o paganismo atemporal, “o paganismo que sempre houve”, a relação com o Exterior, que Mora viceja, e que diz respeito tanto à criação artística como à vida em geral. Tal atitude é definida por Mora como sendo a saúde do gênero humano. Curiosamente, quem identifica o caminho para a saúde é um louco

internado em uma casa destinada aparentemente a tratar indivíduos desprovidos de saúde. Mas não se trata de um louco qualquer, e sim um louco original, ou ainda, “o mais original de todos”, como atestado anteriormente pelo alienista. Este último percebe como forma do delírio aquilo que o próprio Mora percebe como saída, saúde, i.é., o paganismo. Talvez Mora possa ser considerado o mais original por nos oferecer, através de seus escritos e em ressonância com outros heterônimos, a sugestão de que sua empreitada – a saúde – é, na verdade, possível por meio da literatura. É somente por admitir em si o duplo aspecto paciente/médico que Mora faz com que o espaço de Cascaes se abra para que pensemos a espacialidade da literatura, não só aquela de Fernando Pessoa. Encarnando este contrapositionamento, pode-se pensar, com a ajuda de Deleuze, que “um escritor, enquanto tal, não é doente, mas antes médico, médico de si próprio e do mundo.” (DELEUZE, 2004, p. 13-14).

Pessoa, assim como o processo heteronímico, se aproximaria, enquanto acontecimento estético, não de um pólo específico ou de seu oposto direto, como a unidade ou a multiplicidade, a transcendência ou a imanência, a metafísica ou a ontologia, uma obra ou sua fragmentação, mas se afirmaria, em sua expressividade descentrada e aparente inacabamento, enquanto tensão entre a criação de um espaço real e um espaço de ilusão, onde esta mesma tensão poderia talvez ser entendida como um outro espaço efetivamente real, perfeito e suficiente, onde antes podíamos enxergar apenas desordem e lacunaridade, já que “a personagem engendrada por uma ficção vai adquirir, ela também, o poder de criar outras ficções, tornando-se assim independente do narrador que a engendrou” (LOPES, 1990, 193).

Ensaçando uma conclusão, diríamos que a heteronímia é um lugar de realização de determinadas utopias, onde ela mesma pode ser entendida sempre já enquanto lugar irreal de realização de certos nomes, identidades autônomas que viriam a preencher determinados espaços, questionando a necessidade ou possibilidade de um nome último ou primeiro. Desta forma, a espacialidade da sua obra põe às claras o estatuto de anterioridade da heteronímia em relação ao aparecimento dos nomes, restituindo à desrazão seu espaço historicamente saqueado em nome da razão. Este seria, de acordo com Deleuze, o fim último da literatura: “pôr em evidência no delírio essa criação de uma saúde, ou essa invenção de um povo, isto é, uma possibilidade de vida”. (DELEUZE, 2004, p. 15).

Gostaríamos de nos valer da sugestiva e poética conclusão das últimas linhas do texto de Foucault acerca das heterotopias. Ao afirmar que “o navio é a heterotopia por excelência” (FOUCAULT, 2001, p. 422), justamente por se configurar como um pedaço de espaço flutuando no meio do oceano, um lugar que é também nenhum lugar, podemos perceber uma relação da navegação com o fazer literário, ou antes sua própria condição navegante, cujos desdobramentos, no caso de Pessoa, apresentam componentes heterotópicas com o próprio imaginário português, bastante tributário de uma relação fundadora com o mar⁵.

Para ilustrar melhor esta condição navegante da arte e da literatura, talvez seja necessária e inevitável a ressonância da afirmação de Foucault com a célebre frase gloriosa dos navegadores antigos, resgatada por Pessoa, que faz tanto mais sentido para uma certa concepção de literatura na medida em que nos percebemos como doentes, excluídos, lançados ao mar arbitrariamente: “Navegar é preciso, viver não é preciso”. Quando a vida se apresenta como doença, a literatura – como toda a arte – se faz necessária, e talvez se imponha como o único meio de experimentarmos uma contagiante saúde.

* * *

Uma última observação pode servir simultaneamente como adendo e corolário à exposição precedente. É por suspeitarmos que Mora se pareça muito mais com um romano decadente, nostálgico de um modo de estar no mundo que não é seu, do que propriamente com um grego no auge de sua gloriosa harmonia com as coisas, que talvez não seja de toda absurda a tentativa de perceber em seu nome um anagrama de *Roma*, cujo movimento imperial marcaria, para ele, o início da decadência do esplendor grego do paganismo com a disseminação dos valores cristãos, sobretudo o monoteísmo. O próprio nome *António* é emblemático desta tradição imperial. Se entendermos desta forma, teríamos em António Mora a encarnação, nominal e textual, de uma tentativa de superação deste entrave à vida que seria, segundo ele, a tradição cristã romana, que marcou negativamente por alguns séculos a experiência humana ocidental. O legado romano, cujos problemas se salientam na modernidade, evidenciam a perpetuação de uma doença, a dilação do tempo, o prolongamento de uma negação da vida que Mora busca restituir: a dívida, ou o *juro de mora* para com a vida. Atentando para a relação estabelecida entre arte e impessoalidade no heterônimo pessoano, tratemos de finalizar com suas próprias – e heterotópicas – palavras:

Não se tem attendido sufficientemente ás vantagens inherentes ao stado natural de Roma: a sua situação geographica excellentemente intermédia, a mescla de povos que originalmente a compuzeram, os riscos de inimidade que, de todos os lados cercando-a, lhe deram que desenvolvesse as actividades de defeza, isto é, o senso practico, o scrupulo da vantagem e do aproveitamento. Não foi Roma uma nação que se creasse; as circunstancias a sculpiram, nasceu de fora, como uma statua; não de dentro, como um corpo vivo. (PESSOA, 2002, p. 267).

Referências bibliográficas

DELEUZE, Gilles. *Crítica e clínica*. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e escritos I – Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Trad. Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. *Ditos e escritos III – Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

GIL, José. *Portugal hoje: o medo de existir*. Lisboa: Relógio D'Água, 2004.

LOPES, Teresa Rita. *Pessoa por conhecer*. Lisboa: Estampa, 1990.

MOISÉS, Leyla Perrone. Pessoa e a doença do Ocidente. *Via Atlântica*, São Paulo, n. 4, out. 2000, p. 94-105.

PESSOA, Fernando. *Obras de António Mora*. Lisboa: INCM, 2002.

_____. *Obra em prosa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2005.

¹ Do original e *mplacement*.

² Seguimos o estudo de Luís B. Teixeira, que prefacia a edição crítica das *Obras de António Mora* (2002). Todas as posteriores citações de Pessoa, provenientes desta obra, serão reproduzidas com respeito à grafia original.

³ O termo ganha sentidos bastante particulares ao longo da obra de Pessoa. No sentido aqui exposto, designa uma doutrina ou atitude que promove a negação do mundo da experiência sensível e sua subordinação aos ditames do intelecto.

⁴ Para marcar a diferença conceitual entre a experiência originária da loucura e sua posterior captura, Foucault utiliza o termo *desrazão* para designar a primeira, e *loucura* para designar a segunda.

⁵ É possível pensar a contemporaneidade de Portugal a partir daquilo que José Gil pensou como o imobilismo e a apatia, características do medo de existir que entra em contraponto direto com seu passado mítico de expansionismo. Ver GIL, 2004.